

# STF anula concessão “amiga” de licença ambiental

» SACHA CALMON  
Advogado



G O M E Z

Lúcia Martins relata mais uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em matéria sensível. Por unanimidade, o STF proibiu a concessão automática de licenças ambientais — isto é, sem prévia análise técnica — a empresas que exerçam atividades consideradas de médio risco ao meio ambiente. O plenário julgou uma ação impetrada pelo PSB contra alterações feitas pelo presidente Jair Bolsonaro na Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), por meio de uma medida provisória.

Convertida em lei pelo Congresso Nacional, a medida, além de prever a concessão automática de alvará de funcionamento e licenças, dispensava que os órgãos licenciadores requeressem informações adicionais às que o solicitante havia incluído no sistema. Isso se aplicaria, por exemplo, a casos de transferência de carga de petróleo e derivados em alto mar; de lavra garimpeira de pequeno porte em área sensível; de exploração econômica de madeira, lenha e subprodutos florestais, todas de sua predileção.

Os ministros entenderam que a simplificação não pode ser aplicada a licenças ambientais. Para eles, atividades potencialmente nocivas ao meio ambiente devem ser submetidas antecipadamente à análise das autoridades. Segundo a relatora, ministra Cármen Lúcia, as mudanças feitas pelo presidente na legislação “ofendem as normas constitucionais de proteção ao meio ambiente, em especial o princípio da precaução ambiental.”

Ao segui-la, o ministro Gilmar Mendes, decano da Corte, lembrou que o STF tem derrubado todas as normas estaduais que, a pretexto de promover uma desburocratização, “afastam ou enfraquecem o controle prévio de empreendimentos que impactam o meio ambiente”. Também foram nessa linha os ministros Nunes Marques, André Mendonça, Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski e o presidente da Corte, Luiz Fux. Ausente da sessão, o ministro Dias Toffoli não participou do julgamento na ocasião.

Na tribuna, o advogado-geral da União, Bruno Bianco, que representa o governo na Justiça, afirmou que a concessão mais célere da licença ambiental não retirava a obrigação do empresário de comprovar o cumprimento da legislação, fosse ela sanitária, ambiental ou de prevenção a incêndio. Nesta assentada, o STF também determinou a suspensão do decreto de Bolsonaro que havia esvaziado a participação popular no conselho do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). Com isso, representantes da sociedade civil serão reintegrados ao colegiado. O plenário já havia formado maioria, mas o resultado foi concluído, com o voto de Fux. O placar ficou 10 a 1. Nunes Marques foi o único a divergir.

Para Fux, o decreto violava o princípio da participação pública, na medida em que a Constituição prevê expressamente que a

preservação do meio ambiente cabe tanto ao poder público quanto à coletividade... Como sempre Bolsonaro não tem razão e entremostra seu horror ao controle popular como todo dirigente de índole fascista, o que se diz não por birra, mas pela análise sistemática dos atos presidenciais.

É por essas e outras que os fascistóides, detestam o STF, barreira as investidas antidemocráticas do Presidente. Não é segredo para ninguém que o Presidente está preparando, em minúcias, um golpe de estado, sob dois argumentos: do sr. ex-presidente da República Luiz Inácio “Lula” da Silva não poder tomar posse como presidente se ganhar o pleito. Como se vê é um sujeito desequilibrado, com mania de grandeza, como é comum nessa espécie.

Ademais, como a Constituição reza que o presidente da República é o comandante em chefe das Forças Armadas, acha que pode fazer com elas qualquer coisa. Contudo não pode, pois, as funções das Forças Armadas estão previstas na Constituição, sendo a maior dela a própria preservação política e

social, da tripartição dos Poderes, base fundamentadora, junto com as eleições, dos Estados democráticos de direito.

As Forças Armadas estão vigilantes, assim como as instituições democráticas do país em que pese o subdesenvolvimento do povo, pesado e secular. Nas três Américas, incluindo o Caribe, vigoram democracias e poucas exceções: Cuba, Nicarágua e Venezuela. Nos países importantes, entre eles o Brasil, vigem as instituições da democracia e assim será sempre nos termos da Constituição da República, sendo inclusive “cláusula pétrea” e, pois, insusceptível sequer de mero projeto de alteração.

Dispõe o art. 60 § 4º e seus incisos in verbis: A Constituição poderá ser emendada mediante proposta... § 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: I — a forma federativa de Estado; II — o voto direto, secreto, universal e periódico; III — a separação dos Poderes; IV — os direitos e garantias individuais. Melhor, acima de todos está a Constituição (Deus é da ordem das categorias metafísicas, igual para todos).

## Deixem a história em paz

» JAIME PINSKY  
Historiador

Se as lições da História fossem claras, Solano Lopez não seria considerado herói no Paraguai e bandido no Brasil e o Duque de Caxias não seria cultuado no Brasil e considerado um carrasco sanguinário no país vizinho. Ouço, em conversas informais, médicos, advogados, economistas e administradores de sucesso me informando (consolando?) que pensaram em estudar História, admiram muito os historiadores e gostam das lições que ensinam. Sinto decepção — meus caros, mas história não é para amadores. Na verdade, a maioria nem sequer tem ideia do que é História, embora todos se sintam no direito (obrigação?) de palpar sobre o assunto, e até de exigir a troca de professores em muitas escolas.

Mas vamos por partes. Sim, senhores, História é uma área de conhecimento que nos toca profunda e diretamente, não é aquela coisa idiota e decorativa (nos dois sentidos) ensinada em meados do século passado no Brasil e em muitas escolas de primeiro mundo até hoje. Basta examinar livros didáticos, supostamente de História, em escolas públicas nos EUA: não passam de compêndios parecidos com listas dos infundáveis presidentes americanos e suas cidadões de destaque, algo sobre suas vidas, outro tanto sobre suas obras e poucas e até nenhuma palavra sobre as sociedades em que atuaram, a condição das minorias, a democracia na prática (não só a democracia formal), o papel das mulheres, a vida dos indígenas, dos negros, dos imigrantes e assim por diante.

História não é a narrativa, ou uma narrativa, nem qualquer narrativa sobre coisas que aconteceram. História implica se apropriar

do passado a partir do presente. Se um estudioso de qualquer época e de qualquer tema do passado decide pesquisar algum fato que tenha acontecido ele vai, obrigatoriamente, olhar esse passado a partir do seu presente. E seu presente, o ponto de vista a partir do qual ele se dá conta daquilo que aconteceu, será, hoje, diferente do ponto de vista de alguém que estudou esse passado há, por exemplo, um século. Um elefante será sempre um elefante, mas se o ponto de vista levar o observador a conhecer o elefante pela frente, ele poderá ver uma tromba enorme, mas se o enxergar por trás verá apenas um rabinho. Deixando a zoologia de lado, é evidente que não se pode deixar de considerar a historicidade do próprio historiador.

Uma historiadora que se debruce hoje sobre a história das mulheres no período colonial brasileiro será levada a fazer investigações que outra, vivendo um século atrás, não terá feito. O comportamento, a prática social, a relação que as mulheres têm com o próprio corpo, a moral sexual, os objetivos profissionais, até mesmo seus anseios e sonhos têm a ver com sua realidade econômica, política, religiosa. Mulheres da Arábia Saudita só receberam autorização para dirigir veículos há poucos anos e isso, seguramente, pode parecer revolucionário para moradoras de países vizinhos, algumas ainda sujeitas a imposições machistas vestidas de dogmas de fé.

Mas a coisa toda parecerá um arcaísmo insuportável em sociedades que superaram esse dilema há muitas décadas. O historiador precisa ter sensibilidade e conhecimento empírico e teórico para pesquisar, entender e apresentar a questão. História não é para

amadores. Uma questão precisa ficar clara: História não tem partido, não é de esquerda, nem de direita. Quem trabalha com ela precisa utilizar todas as técnicas que aprendeu, na faculdade ou fora dela, para não confundir a atividade docente com um espaço de pregação política. Seu compromisso, como docente, é com o conhecimento histórico estabelecido a partir de pesquisas feitas por gente séria.

Hoje, temos centenas de cursos de história no país, com gente boa se formando em muitos lugares. Temos também livros sérios que apresentam questões fundamentais da história com linguagem acessível a professores e alunos. Buscar obras de qualidade para ter bons pontos de partida é uma atitude necessária para não transformar a sala de aula em campo de batalha, ou palanque político. Por outro lado, cabe aos dirigentes educacionais oferecer suporte aos seus docentes. Tenho visto um movimento inaceitável de pais de alunos querendo interferir em programas de curso, em abordagens de temas sensíveis, chegando até a instrumentalizar seus filhos para questionarem de modo grosseiro os professores quando estes não apresentam abordagem histórica que os interessa.

Ler para os filhos, ler com os filhos, ler para dar exemplo aos filhos é, sem dúvida, uma forma melhor de ajudar o processo educacional do que insurgir-los contra os professores de História. Pedir para que as escolas cuidem mais da iniciação científica de seus alunos, para que o país tenha ainda alguma chance de chegar a um patamar que desejamos, é outra. É só querer ajudar de verdade.

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## Pó de mico

Nesta altura dos acontecimentos, ficou muito claro, para a parte lúcida da população, que os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), atravessaram o Rubicão, agindo sistematicamente, dentro do que se convencionou chamar de ativismo judiciário, não mais como magistrados, mas como militantes ou simpatizantes de determinadas alas ideológicas e políticas.

Esse é um problema sério, que embora parte da imprensa tente esconder dos leitores, dando pouco espaço para esse assunto, cedo ou tarde, irá, por suas implicações profundas no ordenamento institucional do país, ganhar a real dimensão que possui.

Só esperemos que quando esse momento chegar, ele não encontre a nação conflagrada e em ponto de ebulição. Não se trata aqui do grialhar de aves de mau agouro, mas da constatação do evoluir de declarações inamistosas de parte a parte e mesmo de medidas, que vêm crescendo tanto, que pode não mais ser freada e, portanto, poderá adquirir vida própria, levando todos de roldão.

Há uma crise sendo anunciada e o problema maior é que não existe, no horizonte imediato observável, ninguém com a capacidade e credibilidade para chamar todos a razão, apaziguando o país. É em momentos assim que a nação necessita de personagens com a capacidade de liderança, guiando todos para o vale da concórdia.

Se tivermos que aguardar o surgimento de lideranças estamos literalmente no sal e entregues à própria sorte. De fato, estamos todos numa espécie de vácuo ou deserto árido, de homens e ideias. É preciso neste momento dar o nome aos bois, mostrando a todos quem foram os verdadeiros atores a deflagrar essa crise.

Olhando pelo retrovisor é possível constatar, até com certa facilidade, que foram os ministros do Supremo, e não outros protagonistas, que ao tecer nas entrelinhas das filigranas jurídicas, toda a teia de rabulices, encontraram meios de “descondonar” o ex-presidiário, colocando, diretamente na disputa eleitoral e com isso, conflagrando e conspurcando todo o processo.

Esses ministros, não apenas lançaram seu candidato de estimação de uma só penada, como ainda irão comandar, do alto do Tribunal Superior Eleitoral, todo o processo eletivo até outubro.

Querer que toda essa maquinação jurídica não desembocasse numa crise, como a temos agora, é muita inocência e muita pretensão. Como dizia a marchinha de carnaval *Pó de Mico*. “Vem cá, seu guarda, Bota pra fora esse moço, tá no salão brincando, com pó de mico no bolso. Foi ele sim, foi ele sim, foi ele que jogou o pó em mim.” Lula está nessa folia, em que vai se transformando as próximas eleições, brincando com pó de mico no bolso. Foi posto para dentro do salão de Momo das campanhas, pelos árbitros que deveriam cuidar e zelar pela segurança da folia de outubro. Ficou calado? Agora agüente.

### » A frase que foi pronunciada

“Tudo está mudando. A população está levando os comediantes à sério e os políticos, na brincadeira.”

Will Rogers

### Urgente

» Cobertores, casacos, roupas, qualquer doação, o Instituto Solidário A Vida está em campanha. Há possibilidade de visitação na QR 401 conjunto 13 lote 3 em Samambaia Sul ou mais informações pelo WhatsApp 61991949060.

### Palco iluminado

» Hugo Mósca surpreendeu Plínio, com uma carta ao jornalista Ari Cunha, criador dessa coluna em 1962. A carta foi escrita em janeiro de 1996 e falava dos esforços de Plínio para incentivar o público de Brasília a prestigiar as peças de teatro da cidade. O Teatro Dulcina tinha sido fechado. Até hoje o Teatro Nacional está fechado e a população candanga continua em silêncio.

### Outro lado

» Convide do deputado federal José Neto leva Lucia Fatorelli, da auditoria cidadã, ao plenário da Câmara dos Deputados. Discussões políticas, técnicas e econômicas. Veja no blog do Ari Cunha o discurso e os links sobre vários assuntos de interesse da população.

### Análise

» Na página do Senado Federal há a oportunidade de o internauta conferir notícias publicadas com o nome da instituição. Se foram desvirtuadas internet à fora, ou se são verdadeiras. Um destaque para a notícia falsa de que Rodrigo Pacheco tenha acatado o projeto do “voto auditável”. A confusão foi feita depois que uma enquete no portal do Senado viralizou. A pergunta era sobre a adoção do voto impresso como uma ideia legislativa de 2018.

### » História de Brasília

Quando a Novacap quer, mesmo, tomar uma decisão jurídica, entrega o assunto ao dr. Bessa. Esta nota vem a propósito da regularização que está sendo feita junto aos comerciantes que ocupam lojas da Novacap. (Publicada em 01.03.1962)